

24

TMS

# Amazônia. Uma nova era?

E. P. Barbosa da Silva

"Não há coisa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem delas"  
Antonil (1711)

O venerando Eugênio Gudín, ao recordar sua veleidade, quando jovem, em incursionar no terreno da política local, contava que um dia fora levado a discursar (em campanha) numa conhecida gafeira, à Ameno Resedá. Depois de falar e ainda ofegante, incerto quanto a seu sucesso retórico, naquela atmosfera abafada e suarenta, sentira um toque no braço. Virou-se e deu com um morenão gordo, com um charuto babado ao queixo, que lhe disse com determinação: "Chega p'ra lá! Agora é minha vez. Quero também dizer algumas besteiras! E aí terminou com desencanto sua iniciação na política militante.

Ocorrerá-me esta estória quando senti vontade de entrar no debate ecológico sobre a Amazônia, diante de sandices que vêm sendo ditas ultimamente sobre o assunto. Muito já foi escrito, há anos, coisas sérias, sobre aquela importante área do território nacional, mas o recrudescimento agora de certo tipo de manifestação impõe, a meu ver, aos que adquiriram vivência real naquela região, o dever de atálar intervenções do tipo daquela do morenão da Ameno Resedá!

Ficava atônito ao ver admitir-se que seria possível a algum país ou organização internacional ameaçar a soberania nacional, retirando dos brasileiros a responsabilidade de gerir aquela imensa área tropical que é parte de sua herança histórica. Quem ousaria? Depois do Vietnã e do Afeganistão, ainda se pode falar atualmente em invasão do espaço soberano de algum país, a qualquer pretexto? O que se vem propalando, com insistência, faz lembrar a onda que se criou, envolvendo nomes dignos do maior respeito, em torno de um Instituto da Hileia Amazônica, propugnado pelo eminente brasileiro, Paulo Carneiro, que via no mesmo somente a possibilidade de fomentar pesquisas que, à época, servissem de base à formulação de políticas conservacionistas pelos países com jurisdição sobre a Pan-Amazônia. Mas, então, como agora, surgiu o fantasma da cobiça internacional para arrebatá-la à Hileia. Argumentos candentes, acredito que honestos a maioria deles, mas que revelavam que o país, despreparado, não se dispunha a montar a contrapartida para a ajuda externa. Aparelhada a pesquisa nacional, poderia soberanamente aceitar a cooperação supletiva. Mas a reação ia a ponto em que se chegava a falar até em ameaça militar. Cheguei a ouvir de um oficial de alta patente em Paris, logo após a última guerra, que 400 pará-quedistas podiam ocupar a Amazônia! Permite-me recomendar-lhe que, se as famílias de tais soldados lhe merecessem simpatia que colhesse seus endereços, para condolências, pois não escaparia um só vivo de aventura tão maluca! É óbvio que a observação não agradou.

A American Academy of Sciences, a certa altura, motivada certamente pelo cientista Bill Johnston, grande amigo do Brasil, desenvolveu um esquema para a criação de dois centros de pesquisas em nosso território, um no Norte, para o trópico úmido e, outro, no Nordeste, para as regiões semi-áridas, em concerto com entidades nacionais. Aí, também sem maior análise, resurgiu o velho clamor repudiando a "intervenção de estrangeiros, pondo em perigo a soberania nacional"! Repudiava-se, *in limine*, a cooperação científica do exterior, sem que se pusesse o mesmo calor e empenho para obter recursos, no país, em volume suficiente para as necessidades de pesquisa e desenvolvimento da vasta zona tropical úmida que tanto fascina a imaginação patriótica dos brasileiros e o ecologismo em voga alhures.

Longos anos de sofrido e perseverante trabalho dos dedicados pesquisadores do Museu Goeldi (Belém), secundado mais tarde, por iniciativa do CNPq, pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPA-Manaus), dirigido pelo ilustre professor Olympio da Fonseca, são testemunho de que a Amazônia atraía atenção da comunidade científica do país, mas os recursos à sua disposição estiveram sempre muito aquém do que requeria a região, a fim de lastrear a formulação de uma política racional para seu desenvolvimento. A Estação Experimental do Ministério da Agricultura em Belterra e IPEAN, hoje, CEPATU, de Belém, através dos anos, vêm desenvolvendo igualmente pesquisas sobre solos, agricultura, pecuária e piscicultura, cujos resultados inovadores mal alcançam aqueles usuários que poderiam melhorar os índices de aproveitamento do potencial existente em suas atividades.

Contra esse pano de fundo e tendo sido levado, desde 1942, por visitas ou trabalho, a "sentir" a Amazônia, foram reconfortantes para mim as discussões da reunião do *Programa nossa natureza*, recém-realizada em Manaus, refletido em extensa cobertura pelo J.B., em sua edição de 15 de março etc. A participação dos governadores dos estados, general Bayma Denis, dos cientistas da região, inclusive do ISEA, com a presença do ministro do Interior, João Alves, e do Diretor do IMA, Fernando César Mesquita, permitiu que se ouvissem conceitos e recomendações que, de um lado, revelaram consciência esclarecida da problemática da área e, de outro, ensejaram críticas a situações que urge enfrentar.

De início, ficou claro que ninguém mais acredita na falácia de que o saldo deixado pelo eutrofismo da floresta tropical trouxesse maior contribuição para a oxigenação da atmosfera ameaçada, isto sim, pelas exalações do CO<sub>2</sub> dos países industriais.

Afirmou-se, com propriedade, que a preservação da biota amazônica deve ser perseguida através de um zoneamento cuidadoso da região (gov. Amazonino Mendes), levando em conta a diversidade das microrregiões que a compõem e as respectivas vocações, para que se proceda a uma ocupação racional de espaços, bem definidos, reduzindo os riscos de agressão nefasta ao meio ambiente. A propósito, já de longa data, o grande geólogo brasileiro, Glycon de Paiva, acenava para diretrizes básicas para um tal zoneamento:

- núcleos industriais em torno de hidroelétricas;
- idem, de jazidas minerais;
- áreas de exploração agrícola e pecuária, segundo cuidadosa seleção das mesmas conforme aptidão dos solos.

A preocupação em evitar a criação de uma "camisa-de-força" que condenasse a Amazônia a tornar-se um mero horto florestal, (governador Amazonino Mendes) deu lugar à manifestação de que "não pode haver preservação, sem desenvolvimento" (governador Romero Jucá, Roraima). Entretanto, atividades minerais, inclusive garimpos, deveriam ser severamente fiscalizados (gov. J. Nova da Costa, Amapá), as populações devidamente conscientizadas e as pesquisas de base não deveriam dispensar a colaboração científica dos países mais desenvolvidos. A miragem do enriquecimento rápido transformou o garimpo em grave problema político e social, dando origem à disseminação da malária, ao envenenamento dos rios e à lavra predatória comprometedora das jazidas e das florestas vizinhas.

Houve revelação de existência de reservas florestais e extrativistas (gov. Floriano Mello, Acre). Outros reclamaram a ordenação de conhecimentos para que se fomentem, em locais e condições técnicas adequadas, as culturas perenes capazes de preservar a cobertura vegetal protetora dos solos, como p. ex., as castanheiras, a borracha, o cacau, o dendê, etc. Foi lembrado o caráter nocivo do desmatamento aventureiro para a pecuária. Essa busca intensa e profunda de conhecimentos e a elaboração de programas de ação prudentes e objetivos deveriam ficar a salvo, tanto da fantasia da internacionalização quanto de pruridos de nacionalismo xenófobo, explorado pela especulação de políticos "ecologistas", (gov. Carlos Bezerra, Mt. Grosso). Esta colocação, se feita há mais tempo, teria poupado de críticas ácidas a obra gigantesca de Daniel K. Ludwig no Jari. Ali, foi iniciado um plano de exploração que poderá utilizar, no máximo, 300 mil ha de um total de 1 milhão 650 mil. As florestas industriais mantêm a cobertura dos solos e respeitam encostas e matas ciliares. Chega-se a ponto de reservar corredores para circulação da fauna entre maciços naturais. O Jari tornou-se um verdadeiro parque nacional, com aproveitamento inteligente. Mais de 5 mil ha são reservas com essências mapeadas para coleta de germoplasma, respeitável santuário ecológico, e cerca de 2 mil 500 ha são utilizados em convênio com o IBDF para colher ensinamentos sobre o manejo sustentado na floresta; trabalho conduzido por técnicos florestais da mais alta competência. As informações colhidas deverão orientar no Jari, e alhures, de futuro, atividades madeireiras, uma vez que, se não colhidas, árvores majestosas morrem e apodrecem, sem qualquer benefício para a economia da região. Até hoje não parece que tenha sido compreendido o alcance do Projeto Jari como grande laboratório para desenvolver conhecimentos de grande valia quanto a aspectos econômicos e sociais que não influenciar a futura civilização brasileira do trópico úmido. Deveria ter, portanto, mais significativo apoio governamental. Inexplicavelmente, por mais de 10 anos, arrasta-se o processo que permitiria a legalização formal das terras e florestas que a Cia. do Jari mantém sob vigilante supervisão, com evidente benefício para a região.

Os cuidados para a preservação do ecossistema, enquanto se aprofundam conhecimentos sobre a relação do homem com a natureza, despertou uma sugestão audaciosa do governador de Rondônia, Jerônimo Santana, o qual propugnou a proibição de desmatamentos durante três ou cinco anos, para dar tempo a que viessem a ser estabelecidas diretrizes específicas e diferenciadas para as diversas microrregiões que compõem a Amazônia. Os madeireiros, a seu ver, deveriam engajar-se no plantio de espécies nativas, caso não desejassem ser aliados da exploração egoísta que realizam.

Foi surpreendente o realismo do governador Amazonino Mendes ao apreciar a condição das populações ribeirinhas, sustentadas por um extrativismo que não proporciona compensação compatível com o sacrifício do caboclo. "O esforço para se fazer um quilo de borracha não vale o que se recebe como pagamento", além de manter formas primitivas de exploração escravizantes, sem qualquer inovação que lhe permita aumento de produtividade. Isto quer dizer que existe convicção entre autoridades responsáveis de que, enquanto não forem dominadas as pragas da hevea, o seringueiro tradicional tenderá a dedicar-se a atividades alternativas mais rentáveis, abandonando gradualmente o extrativismo.

Amazonino Mendes lançou um brado para a criação de uma universidade de Trópico Úmido, para formar especialistas que ajudem a preparar as futuras gerações em suas relações com aquela natureza que se deseja preservar, com ênfase em medicina tropical, recursos hídricos, trato com a fauna, piscicultura e fitopatologia. Uma tal universidade, poderia, aos poucos, cobrir, através de "núcleos" avançados ou institutos disseminados na Amazônia Legal, todo o universo de problemas que lhe caberia estudar. Centros como o Jari e o IRDA, no Amapá, p. ex., poderiam servir de ponto de apoio para uma rede de observações do maior alcance para sustentar o desejado Centro Universitário.

Diante do novo rumo dado ao debate nacional sobre a Amazônia, vemos que o *Programa nossa natureza*, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Minter), as universidades e os líderes políticos da região poderão consolidar conceitos e posições com sentido construtivo, pois nada poderá ser feito de duradouro sem que os amazônidas e os brasileiros de todos os quadrantes participem da formulação das soluções que resguardem aquele precioso patrimônio, mas sem condená-lo à inércia. O insucesso das agropóles, rurópolis e agrovilas se devem à colocação teórica, fora de uma realidade consistente. O machado e o fogo são inimigos perversos. O garimpo descontrolado acabara destruindo mais do que poderia produzir pela miragem de uma riqueza enganosa. A utilização de 7 milhões de varzeas abrirá espaço para uma era de prosperidade agrícola, sem agressão à selva, como se tem verificado com os cerrados, onde a soja avança numa verdadeira revolução agrícola. Mas urge que a tecnologia ampare o homem na sua relação com o meio, dando lugar a assentamentos ordenados que evitem o formigueiro de posseiros dispersos e desassistidos, que vão corroendo a mata sem proveito real para ninguém.

E não esqueçamos do conselho do sábio Antonil: Não deixemos que coisas boas sejam fonte de males, por não sabermos fazer bom uso delas.